

# 40 anos de liberdade



» JOSÉ SARNEY  
Ex-presidente da República, escritor e imortal da Academia Brasileira de Letras

A memória não retém o momento, o clima, a emoção. Amanhã, 15 de março de 2025, é apenas uma data, fonte de tantos julgamentos e versões. O tempo é uma invenção do homem, e as datas redondas nos seduzem a construir o passado. Esta representa 40 anos de democracia, que se inicia com a minha posse no cargo de presidente da República, encerrando o regime militar.

Na história do Brasil tivemos momentos de grandes inflexões. Mas aquela data será julgada no futuro como um instante em que a história se contorcia. Ela é o fim de um período marcado por revoluções, golpes de Estado, militarismo — que é agregação de poder político ao poder militar —, e agora a data da continuidade de uma democracia de massa, que o país jamais conhecera. Um Estado Social de Direito, o exercício pleno da cidadania, das liberdades individuais e dos direitos sociais.

Hoje não se pode avaliar o que estava em jogo naquela noite de 14 para 15 de março de 1985. A nove horas de tomar posse, o presidente eleito, Tancredo Neves, começava a ser operado no Hospital de Base de Brasília. Não se sabia que ali começava o seu martírio e a sua agonia.

A realidade imitava a ficção. O país atônito. Os políticos envolvidos em perplexidades não tinham nenhum grupo mobilizado. Reuniam-se improvisadamente na Câmara e no Senado. Os jantares organizados para antecipação da festa se transformavam em desorientação e

tristeza. O ministro do Exército do Figueiredo comunicava ao chefe da Casa Civil, Leitão de Abreu, que iria voltar ao seu posto de comando e desencadear uma ação para interromper o longo processo da transição.

No meio de tudo isso, dois homens aparecem, mostram grande espírito público e capacidade de gerir crises: Ulysses Guimarães e Leônidas Gonçalves. Tancredo estava fora de ação, imobilizado por grave doença.

Quando, tomado de profunda emoção e saindo de uma depressão que escondi do país durante vários meses, voltado totalmente para o problema humano de Tancredo, disse a Ulysses que não desejava assumir sozinho, ele, rispidamente e mostrando sua fibra de grande chefe, me disse: “Não é hora de sentimentalismos, Sarney. Temos deveres com a nação. Um processo tão longo de luta pelas instituições não pode morrer nas nossas indecisões”.

O general Leônidas, já escolhido ministro do Exército, partiu para ações concretas: “Vamos ao Leitão de Abreu, não para discutir a sucessão, mas para dizer que amanhã, às 10 horas, o vice-presidente, conforme determina a Constituição, irá prestar juramento perante o Congresso e assumir a Presidência até o restabelecimento de Tancredo”.

E assim fez, em companhia de Ulysses e dos senadores José Fragelli, presidente do Congresso, e Fernando Henrique Cardoso. As mesas do Senado e da Câmara decidiram no mesmo sentido. O Supremo Tribunal Federal, convocado secretamente pelo presidente Cordeiro Guerra, deliberou que esse era o caminho da Constituição.

Quando me comunicaram as conclusões, às três horas da manhã, eu era um homem batido pelo imprevisto. Tomei posse “com os olhos de ontem” e enfrentei o desconhecido dos anos que estavam à frente.

Há mais de 10 anos, o brasilianista Ronald

Schneider, que estudou as transições democráticas, escreveu que a transição do Brasil foi a mais exitosa.

Iniciou-se a Nova República com o lema “Tudo pelo social”. Enfrentei 12 mil greves, convoquei a Constituinte, implantamos uma democracia social, rompemos com a ortodoxia econômica com o Plano Cruzado, alcançamos a mais baixa taxa média de desemprego de nossa história — 3,59%. Até hoje não se repetiu o crescimento econômico daqueles anos.

Relembro, nesta data, Tancredo Neves. Afonso Arinos, repito, disse: “Muitos deram a vida pelo país, mas Tancredo é o único que deu a sua morte pelo Brasil”.

Essa é a história destes 40 anos de paz social, de alternância de poder e da presença do proletariado nas decisões nacionais. A República, nos seus 136 anos, pode contar com cidadãos de todos os segmentos da sociedade para ocupar a Presidência, desde marchais até um operário retirante das secas do sofrido Nordeste.

O destino entregou-me a responsabilidade de fazer a transição democrática depois de um longo período de autoritarismo. Enfrentei ameaças de retrocessos, mas conseguimos avançar no social: criamos o SUDS, hoje SUS, universalizamos a saúde, criamos o Mercosul, com Raúl Alfonsín, da Argentina, e acabamos com a disputa nuclear entre nossos dois países e somos, graças a essa união, o único continente do mundo sem armas nucleares.

As instituições no país são tão fortes que resistiram a dois impeachments e à tentativa de destruí-las, com o processo agora em julgamento no Supremo Tribunal Federal.

Saudemos os 40 anos que comemoramos, da volta da democracia, da liberdade, que não morreu em minhas mãos; ao contrário, floresceu e consolidou-se.

Brasil, minha pátria, meu torrão. País de hoje e do futuro.



## Dia Mundial do Consumidor: defesa do cidadão e fortalecimento de direitos



» WADIH DAMOUS  
Secretário Nacional do Consumidor

O Dia Mundial do Consumidor, celebrado em 15 de março, é mais do que uma simples data comemorativa. Trata-se de um marco global na busca pelos direitos dos consumidores que reforça a necessidade de aprimorar constantemente as políticas públicas voltadas à proteção desses cidadãos. No Brasil, essa luta se consolidou com a promulgação do Código de Defesa do Consumidor (CDC), em 1990, uma legislação pioneira que revolucionou as relações entre clientes e empresas e serviu de referência para outros países.

A era digital trouxe inúmeras facilidades, mas também criou desafios inéditos que exigem atenção e conhecimento sobre os próprios direitos. Com o crescimento do comércio eletrônico, a oferta de produtos e serviços tornou-se global. Se, por um lado, com apenas alguns cliques, é possível adquirir produtos de praticamente qualquer lugar do mundo, ampliando o leque de opções, por outro, essa simplicidade expõe as pessoas a riscos, como fraudes, publicidade enganosa e dificuldades na garantia de produtos adquiridos virtualmente.

Antes da criação do CDC, os brasileiros enfrentavam um cenário de extrema vulnerabilidade. Não havia legislação específica que garantisse direitos básicos, e práticas abusivas — como publicidade enganosa, cláusulas contratuais desfavoráveis e cobranças indevidas — eram comuns. A promulgação do CDC representou um divisor de águas ao estabelecer princípios claros de transparência, segurança

e equilíbrio nas relações de consumo.

O Brasil tornou-se um dos primeiros países do mundo a adotar um código robusto e abrangente voltado à defesa do consumidor. A iniciativa não apenas inspirou outras nações, mas também reforçou o papel do Estado na proteção dos cidadãos contra abusos de grandes corporações. O CDC consolidou direitos fundamentais, como a informação clara sobre produtos e serviços, o arrependimento em compras fora do estabelecimento comercial e a garantia contra vícios e defeitos.

Mais de três décadas após sua implementação, o CDC continua sendo um instrumento essencial para equilibrar as relações de consumo. No entanto, o avanço tecnológico e a digitalização do mercado impõem novos desafios que exigem atualizações constantes na legislação e nas políticas públicas. O crescimento exponencial do comércio eletrônico, a popularização das plataformas digitais e o surgimento de outras formas de consumo demandam regulamentações que acompanhem essa evolução.

A Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) tem desempenhado um papel importante nesse processo. Uma das iniciativas mais bem-sucedidas foi o fortalecimento da plataforma Consumidor.gov.br, que oferece um meio rápido e eficaz para a resolução de conflitos entre clientes e empresas. Somente em 2023, mais de 1 milhão de cidadãos conseguiram solucionar problemas por meio dessa ferramenta, evidenciando a importância da mediação e da transparência nas relações comerciais.

Contudo, a defesa do consumidor vai além da resolução de conflitos. A fiscalização rigorosa contra práticas abusivas continua sendo essencial. Fraudes, publicidade enganosa e cobranças indevidas são algumas das infrações combatidas pela Senacon em parceria com os órgãos de defesa do consumidor espalhados

pelo país. Essas ações são fundamentais para garantir um mercado mais justo e evitar que cidadãos sejam prejudicados.

Um dos pilares dessa luta é a educação. Uma pessoa bem-informada tem maior capacidade de tomar decisões conscientes e de exigir seus direitos de maneira assertiva. Por isso, investir em programas educativos, campanhas de conscientização e parcerias com instituições de ensino é uma estratégia crucial para fortalecer a cidadania e ampliar a cultura de respeito às normas de consumo.

As novas gerações já nascem inseridas em um ambiente digital, em que as relações de consumo ocorrem de maneira acelerada e diversificada. Ensinar desde cedo sobre direitos, deveres, segurança em compras on-line e identificação de fraudes contribui para a construção de uma sociedade mais preparada para lidar com os desafios do mercado moderno.

Por isso, o Dia Mundial do Consumidor celebra conquistas e convida à reflexão sobre o futuro. A revolução digital trouxe avanços e comodidade, mas também expôs lacunas na proteção dos consumidores. A atualização do CDC e a criação de novas regulamentações específicas para o comércio eletrônico e para os serviços digitais são demandas urgentes, que precisam ser atendidas.

A Senacon segue comprometida em fortalecer os direitos dos consumidores brasileiros, promovendo inovação nas políticas de proteção e ampliando os canais de atendimento e fiscalização. O objetivo é garantir um ambiente de consumo cada vez mais seguro, transparente e equilibrado para todos os cidadãos.

Mais do que nunca, o consumidor precisa estar no centro das discussões sobre economia e inovação. Afinal, uma sociedade que protege seus consumidores fortalece sua economia e promove um desenvolvimento mais justo e sustentável para todos.

### Visto, lido e ouvido

Desde 1960 (Circe Cunha (interina))



circacunha.df@dabr.com.br

## Inferno na terra

Não é de hoje que as relações entre política e religião andam de mãos dadas, para o contentamento de uns e a contrariedade de muitos. Em todo o tempo e lugar, sempre houve uma certa confluência entre o pensamento religioso e as ideologias políticas de plantão. Mesmo no campo da práxis, existem aqueles que chegam a apontar a religião como um braço de certos credos políticos. No entanto, essa questão passa a ganhar um ponto final quando se estabelece que, para a religião, importa a fé e o mundo do espírito. Na política, a fé se transforma em fanatismo do tipo puramente materialista e utilitarista.

Há aqueles que acreditam que a prática da boa política — isto é, a política que se interessa pelo bem comum e que tem o próximo e suas necessidades como meta — é também uma forma humanizada de religião. Para os puristas, a religião é a política de Deus, ou seja, aquela expressada em seus ensinamentos. O que é de César é de César. O que é de Deus é de Deus. Jesus, quando num ato de firmeza expulsou os vendilhões do Templo, de uma certa forma teria expulsado também todos que ali estavam movidos por outros propósitos.

De forma geral, não se pode negar certas e enganosas semelhanças entre a pregação política e a pregação religiosa, sobretudo quando candidatos a cargos eletivos se colocam como merecedores dessa posição por vontade divina. Mesmo antes do aparecimento da Teologia da Libertação, na década de 1960, já havia, em outras épocas, aproximações entre o mundo secular e o mundo espiritual e eclesial. Houve tempo em que a religião forçou a práxis política a seguir os dogmas religiosos. Ainda hoje é assim nas chamadas teocracias, como é o caso do Irã, da Arábia e de outros países do Oriente. Houve e ainda existe pelo mundo religiões que são submetidas obrigatoriamente aos dogmas políticos, ou simplesmente banidas para longe, como é o caso da Nicarágua e de outros países.

Podem-se também jogar um balde de água fria sobre todo esse tema, dizendo que tanto a política quanto as religiões são criações humanas e, portanto, exprimem desejos humanos. Há também aqueles que confundem e enxergam semelhanças entre santos e mártires com líderes políticos. Para os socialistas, Marx seria uma espécie de santo. Da mesma forma, há os que veem em líderes como padre Cícero ou Antônio Conselheiro mistos entre santos e políticos.

Nos países da América Latina, o advento da Teologia da Libertação foi capaz de balançar os pilares da Igreja Católica, pois, ao pregar a combinação entre fé cristã e luta pela justiça social e libertação dos oprimidos, forçaria de certa maneira a Igreja de Roma a rever seus caminhos, orientando sua pregação para a realidade vivida pelos povos, sobretudo os mais pobres.

Na realidade, não há como dissociar completamente a prática política dos ensinamentos do cristianismo, pois a melhora nos Índices de Desenvolvimento Humano é também uma missão que segue o que aconselham os evangelhos. Não se pode negar também que, em países comandados com mãos de ferro, os religiosos formam o primeiro grupo a ser perseguido. Estudiosos da história das religiões são unânimes na crença de que, mesmo num futuro distante, religião e política ainda encontrarão pontos de convergência, pois, no dia em que uma desaparecer do horizonte humano, a outra seguirá o mesmo destino.

Mas o fato que chama a atenção neste momento para o embate entre religião e política, mostrando que ambas ainda permanecem no mesmo ringue de disputas, vem do interior de São Paulo, por ocasião da live da Quaresma de São Gabriel, comandada pelo frei Gilson, e que tem reunido nas madrugadas mais de 4 milhões de fiéis por todo o país.

Surgidas durante a pandemia, essas transmissões ao vivo têm provocado acaloradas discussões tanto no mundo cristão como no mundo político. Para os ateus, trata-se um sacerdote anticomunista, pois prega, “contra tudo aquilo que historicamente os comunistas sempre lutaram”. Em tempos de incertezas, como agora, a defesa da família, das tradições, da religião, da vida e da propriedade ganharam uma espécie de maldição na boca dessa gente.

O frei, ao afirmar em uma das suas pregações que os erros da Rússia não venham a se repetir em nosso país, conquistou nas redes sociais um séquito de seguidores e de detratores. A coisa toda ganhou uma dimensão que nem mesmo o frei e seus opositores esperavam. Puderam, nas redes sociais os números são contados aos milhões. Frases como “Livra-nos, Deus, do flagelo do comunismo”, acendem o rastilho de pólvora. Obviamente, não para aqueles que experimentaram na pele o tal flagelo e suas consequências.

Os embates entre esquerda e direita ganharam um novo combustível. Em outra afirmação do tipo, “Para curar a solidão do homem, Deus fez a mulher” despertou também a ira de um outro puxadinho da esquerda, representado pelas feministas e pelos grupos homoafetivos. Não tardou para que as esquerdas o vinculassem ao grupo bolsonarista. Nada mais falso. Nas redes sociais, os xingamentos só são ofuscados pelos dizeres de apoio. O fato é que, a cada ataque, mais e mais aumentam os seguidores de frei Gilson. Não é apenas um milagre, mas a certeza de que muitos vivos sabem que um outro nome para o inferno na Terra é o comunismo.

### A frase que foi pronunciada:

“O problema com o comunismo é que um dia o dinheiro dos outros acaba.”

Margaret Thatcher

### » História de Brasília

O empreiteiro que está plantando grama na 105 está sendo sabotado. Agora, recebeu ordens para parar o serviço por falta de irrigação. Isto representará um prejuízo, porque haverá dispensa de pessoal, e, depois, um novo fichamento irá provocar mais demora. (Publicada em 27/4/1962)